

Câmara Técnica de Outorga e Cobrança – CTOC

Hotel Golden Tulip

Recife/PE, 17 de maio de 2017

AJUDA MEMÓRIA

Participantes:

	NOME	INSTITUIÇÃO
1.	Adson Roberto Ribeiro	Associação da Bacia do São Pedro
2.	José Cisino Menezes Lopes	Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia - AIBA
3.	Deivid Lucas de Oliveira	Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG
4.	José Roberto Valois Lobo	Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL
5.	Valeska Cavalcante	Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL
6.	Eduardo Luiz Rigotto	Consórcio dos Municípios do Lago de Três Marias - COMLAGO
7.	Evilânia Alfenas Moreira	Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA
8.	João Alves do Carmo	Associação Comunitária Estiva II
9.	Ana Paula Mello	Federação da Agricultura e Pecuária do estado de Minas Gerais - FAEMG
10.	Cristiano Cária G. Pereira	Agência Nacional de Águas - ANA
11.	Samara Fernanda da Silva	Associação dos Fruticultores da Adutora da Fonte - AFAF
12.	Elba Alves	Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia – SEMA/BA
13.	João Carlos de Melo	Instituto Brasileiro de Mineração - IBRAM
14.	José Maciel Nunes de Oliveira	Vice-Presidente do CBHSF
15.	Melchior Carlos do Nascimento	Instituto Ecoengenharia
16.	Ricardo Ramalho	OAB/SE
17.	Ana Cristina da Silveira	Agência Peixe Vivo
18.	Alberto Simon Schvartzman	Agência Peixe Vivo
19.	Manoel Vieira de Araújo Junior	Agência Peixe Vivo
20.	Pedro Lucas Cosmo de Brito	Gama Engenharia

1. Abertura, verificação de quórum e aprovação da ajuda-memória da reunião CTOC do dia 07 de abril

O coordenador da CTOC, Sr. Deivid Oliveira, verificou a existência de quórum e iniciou a reunião às 9h15. Logo depois fez a leitura da ajuda-memória da reunião anterior e foram realizadas as devidas alterações solicitadas pelos membros da CTOC. Após as retificações, a ajuda-memória foi aprovada. Informou também que, apesar da confirmação, a Sra. Elizabeth Lamêgo Noce não comparecerá a reunião por motivo de força maior.

Câmara Técnica de Outorga e Cobrança – CTOC

Hotel Golden Tulip

Recife/PE, 17 de maio de 2017

2. Consolidação das propostas apresentadas pelos setores de irrigação e saneamento referentes à atualização da metodologia de cobrança - Alberto Simon e GAMA Engenharia

Dando continuidade a reunião, o Sr. Alberto Simon explicou o papel de assessoramento desta CTOC e da Agência Peixe Vivo ao CBHSF e fez a apresentação das propostas debatidas na reunião anterior. Após a apresentação, iniciou-se um debate sobre o assunto. O Sr. José Cisino disse que o fator fixo de 0,7 na fórmula do Valor_{cap} lhe causa certo incômodo e que, neste caso, o valor deveria existir, porém que fosse aberto e não fixo. O Sr. Alberto Simon informou que esse valor de 30% já é utilizado em outros Comitês: Paraíba do Sul, PCJ e que existem alguns números que são fixos e que nem todos tem uma explicação matemática. O Sr. Deivid Oliveira explicou que as outorgas são pedidas sempre com uma reserva adicional e que muitos usuários retificam essa outorga uma vez que estão pagando por uma água que não é utilizada. O Sr. Alberto Simon disse que esses números já são utilizados, tem sido aceitos e são operacionais. O Sr. Adson Ribeiro questionou sobre casos em que a captação é menor que 70%, em situações de restrição hídrica e redução de irrigação. O Sr. José Cisino disse que a metodologia, da forma que está, prejudica os irrigantes do estado da Bahia. Disse também que alterações no K_{classe} de 0,1 tem um impacto grande nos valores finais a serem pagos. O Sr. Pedro Lucas informou que a calha do Rio São Francisco está toda enquadrada na classe 2, com exceção da nascente. Na tabela do Coeficiente do $K_{eficiência}$ para o setor de Indústria e Mineração, o Sr. Adson Ribeiro sugeriu a criação de uma nova linha, de 81 a 90%, alterando a última linha, que ficaria de 91 a 100%. Sobre a tabela do $K_{eficiência}$ para o setor de Saneamento e a exclusão do K_{cpc} e do K_{Gs} , sugeridas na última reunião, o Sr. Alberto Simon sugeriu que eles continuassem na fórmula, e que tenham valor igual a 1. O Sr. Alberto Simon explicou também que o K_{rural} não se aplica ao setor de irrigação, uma vez que o $K_{eficiência}$ para esse setor vai dar descontos iguais ou maiores que o K_{rural} , se forem realizadas boas práticas, melhor utilização e uso mais racional dos recursos. O Sr. José Cisino disse que é necessário uma maior discussão sobre esses coeficientes. Foi sugerida, na tabela de Cobrança pelo Consumo da Água, a retirada da linha com método de irrigação não informado. Sobre a cobrança de lançamento de efluentes, o Sr. Alberto Simon disse que seria um avanço nessa questão e que seria uma contribuição do CBHSF para todo o sistema. Disse que a proposta técnica da Agência Peixe Vivo é manter a fórmula da cobrança pelo lançamento de efluentes da forma que está proposta, uma vez que em termos de valores absolutos irão continuar da mesma forma. Sobre a cobrança pela geração de energia em PCH, o Sr. Alberto Simon informou que a parcela de cobrança apenas será implantada após haver legislação que permita a cobrança pelo uso da água pelas PCHs. Falou também do $K_{prioridade}$ na cobrança pela transposição de águas da bacia, que é um coeficiente que prioriza o uso estabelecido no PRH-SF. O Sr. José Roberto Lôbo disse que para água de transposição não existe eficiência. O Sr. Alberto Simon esclareceu sobre a importância do reajuste na cobrança para a sustentabilidade da bacia e efetivação do Plano de Recursos Hídricos, e que o aumento da arrecadação não tem nenhuma relação com a necessidade de aumento da parcela de custeio para a Agência Peixe Vivo. O Sr. Pedro Lucas fez alguns esclarecimentos sobre a metodologia de cobrança e os objetivos dos coeficientes. Posteriormente, o Sr. Pedro Lucas fez sua apresentação sobre os impactos das metodologias propostas pelos setores de Saneamento e Irrigação.

3. Discussões e encaminhamentos

Após a apresentação iniciou-se os debates sobre o assunto e o Sr. Adson Ribeiro esclareceu que o aumento de 14% no PPU seria para todos os setores. Em seguida, o Sr. Deivid Oliveira questionou a

Câmara Técnica de Outorga e Cobrança – CTOC

Hotel Golden Tulip

Recife/PE, 17 de maio de 2017

todos sobre dúvidas a respeito da fórmula da Cobrança pela captação de água - $Valor_{cap}$. O Sr. José Cisino disse que o estado da Bahia tem uma metodologia diferenciada em relação às emissões das outorgas, que da forma que está o produtor já começaria a pagar uma conta por uma água que poderia não ser utilizada e falou também da necessidade de adequação da fórmula. O Sr. Cristiano Pereira disse que na ANA existe a vazão sazonal, mês a mês, e teria que haver avanços na emissão de outorgas no estado da Bahia. A Sra. Elba Alves informou que atualmente no estado da Bahia as outorgas de irrigação já são sazonais. O Sr. Pedro Lucas esclareceu que diferentemente do que é aplicado atualmente, com essa formulação o usuário pagará menos, caso faça captação inferior ao valor definido na outorga concedida. O Sr. Alberto Simon fez simulações no *flipchart* e comprovou o que havia sido dito pelo Sr. Pedro Lucas. O Sr. Pedro Lucas disse que a nova metodologia irá bonificar quem utilizar os recursos de forma mais racional. O Sr. Cristiano Pereira disse que acha correta a utilização apenas da vazão outorgada e que a vazão medida é apenas para fins de fiscalização. Disse também que se for utilizada a vazão de medição, quando houver restrição hídrica o K_{extra} não funcionaria. O Sr. João Alves questionou como realizar as medições. O Sr. Adson Ribeiro disse que tem uma vazão outorgada, porém não está podendo captar por não passar os 70% da $Q_{7,10}$ no caso de Minas Gerais e, além de deixar de plantar ainda será penalizado. O Sr. Deivid Oliveira diz que de toda forma estará se pagando o valor outorgado e se houver restrição hídrica, com ou sem a fórmula, o problema irá permanecer. O mesmo sugeriu que se coloque na deliberação que: em situações de escassez hídrica haja suspensão da cobrança, desconto... A Sra. Ana Paula concordou e sugeriu que se colocasse na deliberação a seguinte redação: em casos de escassez hídrica ou restrição de uso o K_{extra} fosse equivalente a zero. A Sra. Elba Alves disse que, com relação aos medidores, a cobrança é um instrumento econômico e um dos principais objetivos dela é induzir a mudança de comportamento do usuário. A Sra. Samara Silva concordou e disse que é um pressuposto da gestão da demanda um conhecimento do seu consumo. O Sr. Alberto Simon esclareceu que medição é diferente de fiscalização, reforçou a ideia que a medição tem um caráter pedagógico e disse que em caso de restrição a compensação deverá ser feita apenas no ano seguinte. O Sr. José Cisino disse que o estado da Bahia obriga a instalação dos medidores de vazão e propôs que se discutam os procedimentos em casos de crise hídrica, sugerindo que a ANA faça um documento contendo definições e regulamentações a respeito. O Sr. Adson Ribeiro disse que em Minas Gerais tem que deixar passar 70% da $Q_{7,10}$ e em áreas de conflito 50%, que os produtores fazem o monitoramento dos rios, falou da importância das estações fluviométricas e do planejamento das atividades e disse que para se medir vazão não é necessário hidrômetro. O Sr. Cristiano Pereira da ANA disse que será necessário se definir se será ou não utilizada a medição. A Sra. Valeska Cavalcante disse que a CASAL tem outorga de final de plano, para um horizonte de projeto de 20 anos, assim sugeriu que o K_{extra} seja zerado. Com relação a medição, a mesma não vê problemas, uma vez que ela já é uma condicionante de todas as outorgas. Após algumas discussões, o Sr. Deivid Oliveira colocou em votação a inclusão da medição na nova metodologia e a CTOC definiu de forma unânime pela inclusão. Após isso, o Sr. Cristiano Pereira propôs (1) a retirada do K_{extra} para eliminar problemas em períodos de escassez e, (2) na fórmula da medição inverter os valores, já que o peso está todo em cima da medição, colocando 0,8 na outorga (K_{out}), garantido 80% da outorga e 0,2 na medição (K_{med}), com o desconto conforme for a medição. O Sr. Deivid Oliveira disse que a fórmula da medição já tinha sido aprovada anteriormente e não voltaria atrás. Para o K_{extra} propôs que em períodos de escassez o mesmo fosse

Câmara Técnica de Outorga e Cobrança – CTOC

Hotel Golden Tulip

Recife/PE, 17 de maio de 2017

igual a 0,7 e perguntou como a ANA operacionalizaria isso nesses períodos de escassez. Após discussões, ficou definida a seguinte redação: em áreas declaradas pelo órgão gestor de restrição de outorga superior a 30%, o K_{extra} será igual a 0,7. O Sr. Cristiano Pereira esclareceu que esse é o valor mínimo a ser pago nessa equação, quando o uso for 70% da outorga. O Sr. Deivid Oliveira informou que os Srs. Cristiano Pereira e Alberto Simon, juntos com a equipe da GAMA Engenharia farão a redação para posterior apreciação dos membros da CTOC. O Sr. Adson Ribeiro sugeriu que na próxima reunião da CTOC seja incluída discussões sobre os critérios técnicos de outorga. Sobre o coeficiente K_{classe} , o Sr. Roberto Lôbo disse que as Companhias de Saneamento realizam o tratamento da mesma forma em águas de classe especial ou classe 2, assim os custos aumentarão, não concordando com os valores do K_{classe} da cobrança pela captação de água. O Sr. Alberto Simon disse que a tabela do Coeficiente K_{classe} tem que existir e propôs que se mantenha a tabela da forma que está. O Sr. Roberto Lôbo insistiu que as Companhias de Saneamento estão sendo penalizadas e que procuram água de melhor qualidade para benefício da população, sugerindo que o K_{classe} de águas Classe Especial, Classe 1 e Classe 2 fossem iguais a 1. O Sr. Cristiano Pereira sugeriu que a tabela se mantivesse como está. O Sr. Deivid Oliveira disse que as discussões devem levar em consideração a bacia como um todo e não o setor. O Sr. Adson Ribeiro sugeriu retirar a Classe Especial e o Sr. Eduardo Rigotto disse que usuários que captam água Classe 4 tem que ser bonificados. O Sr. Alberto Simon disse que esses valores já eram previstos na Deliberação anterior e do ponto de vista dos recursos hídricos há a necessidade de se preservar as águas de melhor qualidade. Após mais discussões sobre as propostas apresentadas, os membros da CTOC aprovaram a seguinte alteração: Classe Especial - $K_{classe} = 1,1$; Classe 1 - $K_{classe} = 1,05$; Classe 2 - $K_{classe} = 1$; Classe 3 - $K_{classe} = 0,9$ e Classe 4 - $K_{classe} = 0,8$. Logo após essa definição, o Sr. Deivid Oliveira encerrou a 1ª parte da reunião às 13h20. A reunião foi reiniciada às 14h45 com as discussões das propostas do setor de Saneamento. A Sra. Evilânia Moreira inicialmente elogiou a GAMA Engenharia e a Agência Peixe Vivo pelo trabalho desenvolvido e disse ter a impressão que a metodologia de cobrança está sendo ajustada para se alcançar os valores necessários para a realização dos investimentos na Bacia, insistindo na necessidade de um tratamento igualitário entre os setores. Afirmou a necessidade de ponderação entre os descontos e os acréscimos e disse que para outros setores predominam descontos e para o Saneamento predominam acréscimos. Solicitou a consideração das perdas para o setor de Saneamento, assim com é considerada a eficiência para o setor de Irrigação e o reuso para a Indústria. A Sra. Evilânia Moreira falou também que é necessário haver uma bonificação para casos de bom uso da outorga e manteve a proposta de retirada do K_{cpc} e do K_{Gs} , independente de ter valor 1, além de manter a fórmula de captação e consumo e a cobrança por DBO, mantendo assim a igualdade com a forma de cobrança de outros Comitês. Explicou que a questão não é apenas de se aumentar o valor pago, e sim o fato de que o instrumento de cobrança deve ser adequado ao que se propõe. A mesma disse que o setor de Saneamento não tem um controle direto sobre o consumo *per capita*, não tem como atuar para ter mais eficiência nesse ponto e que a cobrança perderá a sua finalidade. Por fim, a Sra. Evilânia Moreira disse que não consegue ver viabilidade imediata de se cobrar em cima da vazão indisponível e que gostaria de ouvir o Sr. Cristiano Pereira, da ANA, a respeito. O Sr. Roberto Lôbo sugeriu uma nova discussão sobre o assunto a cada 3 anos, para que se possa aprimorar o sistema de maneira mais adequada e que o SNIS não serve como balizador dos coeficientes. Sugeriu também que retirasse a 4ª coluna na tabela do Coeficiente $K_{eficiência}$ e alterasse a 2ª e 3ª colunas para $k_0(2018)$ e

Câmara Técnica de Outorga e Cobrança – CTOC

Hotel Golden Tulip

Recife/PE, 17 de maio de 2017

$k_0(2021)$ e disse que alterações na metodologia de cobrança devem ser realizadas paulatinamente. O Sr. Cristiano Pereira disse que o índice de perdas é o que reflete melhor a eficiência para a gestão dos recursos hídricos, apesar das dificuldades operacionais, e fez uma defesa da vazão indisponível, dizendo que este é o principal avanço das propostas apresentadas. A Sra. Evilânia Moreira disse que, a partir das explicações do Sr. Cristiano Pereira sobre a viabilidade de se operacionalizar os procedimentos de cobrança pelo lançamento de efluente com base na vazão indisponível, concorda com a cobrança dessa forma, de acordo com a metodologia proposta pela GAMA Engenharia e AGB Peixe Vivo. O Sr. José Cisino disse que o aumento da cobrança dos usuários não vai resolver os problemas da bacia e que concorda com o posicionamento do setor de saneamento. A Sra. Samara Silva diz que a metodologia proposta é coerente, porém acredita que os valores são inatingíveis, principalmente para o saneamento. Sobre a tabela do Coeficiente $K_{\text{eficiência}}$, a Sra. Ana Paula sugeriu que se alterasse a 2ª e 3ª colunas para $k_0(2018)$ e $k_0(2023)$, justificando a necessidade de um prazo maior para o amadurecimento das discussões. Posto em votação pelo coordenador, Sr. Deivid Oliveira, a CTOC aprovou, por unanimidade, a sugestão da Sr. Ana Paula (alteração das 2ª e 3ª colunas para $k_0(2018)$ e $k_0(2023)$), retirando a 4ª coluna. Logo após, o Sr. Deivid Oliveira pôs em votação a nova metodologia para cobrança pelo lançamento de efluentes, que também foi aprovada pelos membros da CTOC por unanimidade. Foi iniciada uma discussão sobre a retirada do K_{cpc} e do K_{Gs} da fórmula do $K_{\text{eficiência}}$ e após discussões foi sugerido pelo Sr. Alberto Simon que se mantivesse ambos os K 's iguais a 1, ficando em aberto para uma possível discussão no futuro. A Sra. Evilânia Moreira discordou por não haver interferência direta do setor de Saneamento sobre esses coeficientes e manteve a proposta anterior de retirada dos K_{cpc} e K_{Gs} . Uma vez que não houve consenso, o Sr. Deivid Oliveira pôs em votação e por 6 votos a 5 foi aprovada a exclusão dos K_{cpc} e K_{Gs} . Posteriormente, iniciou-se a discussão sobre o coeficiente $K_{\text{eficiência}}$ para os setores de Indústria e Mineração e o Sr. Roberto Lôbo defendeu algum tipo de penalização para quem não reutilizar a água (0-5%). O Sr. Deivid Oliveira explicou que os valores da tabela objetivam incentivar a indústria a fazer reuso da água. O Sr. Melchior Nascimento explicou que quem fizer a reutilização terá um bônus, porém quem não reutilizar a água não terá bônus e não sofrerá penalização. O Sr. Roberto Lôbo não concordou e solicitou uma equiparação da metodologia entre os setores. O Sr. Cristiano Pereira propôs que colocasse o $K_{\text{eficiência}}$ para a indústria igual a 1, objetivando não haver bonificação nem penalização para esse setor. A Sra. Samara Silva disse que qualquer indústria pode fazer reuso desde que não misture as correntes geradas, que a discussão deve ser baseada nos princípios e adequada posteriormente ao setor, e não o contrário, não sendo possível haver comparação entre os setores. O Sr. Roberto Lôbo solicitou que constasse em ata que a CASAL é uma indústria, vinculada a Federação das Indústrias do estado de Alagoas. O Sr. João Melo disse que a eficácia de reuso da água deveria ser levada em consideração em função do investimento realizado e das tecnologias que estão se renovando e sugeriu uma maior divisão dos índices entre 0-20%. Após isso, o Sr. Deivid Oliveira falou sobre as propostas apresentadas para o Coeficiente $K_{\text{eficiência}}$ para o setor de Indústria e Mineração. A 1ª proposta, do Sr. Adson Ribeiro, consistiu em incluir uma nova linha na tabela (81-90%, com K_{int} e K_{ext} igual a 0,80) e alterar a última linha da tabela (91-100%, com K_{int} e K_{ext} igual a 0,75). A 2ª proposta, do Sr. Roberto Lôbo, seria de haver um acréscimo nos valores para o setor da indústria caso a mesma não faça o reuso da água. Após discussões sobre o assunto, observou-se que não havia embasamento legal para se penalizar uma indústria por não fazer reuso da água e que existe

Câmara Técnica de Outorga e Cobrança – CTOC

Hotel Golden Tulip

Recife/PE, 17 de maio de 2017

a Resolução CNRH nº 05 que apenas orienta as diversas formas de reuso. Assim, o Sr. Roberto Lôbo retirou sua proposta de acréscimo em caso de inexistência da prática de reuso. A Sra. Elba Alves disse que a Lei 9.433/97 preconiza que na definição do preço da cobrança deverão ser observadas as boas práticas de uso e que a penalização seria para incentivar os usuários a serem racionais no uso de recursos hídricos. O Sr. Roberto Lôbo perguntou qual seria o respaldo legal de penalizar uma empresa de saneamento porque a mesma não conseguiu diminuir as perdas. A 3ª proposta, do Sr. Cristiano Pereira foi que todos os valores dos Ks fossem iguais a 1 e que, posteriormente, se estudasse uma melhor proposta para se medir a eficiência. A 4ª proposta foi a de manter a tabela como está. O Sr. Alberto Simon solicitou que a proposta do Sr. Cristiano Pereira fosse retirada da votação, o que foi acatado pelos membros da CTOC, uma vez que é necessário se avançar na discussão da nova metodologia. Assim, o Sr. Deivid Oliveira pôs as duas propostas que restaram em votação, a do Sr. Adson Ribeiro e a da GAMA Engenharia. Por 5 votos a 3, e uma abstenção (Sr. Roberto Lobo), foi aprovada a proposta feita pelo Sr. Adson Ribeiro. Com relação ao setor de Irrigação, o Sr. Adson Ribeiro elogiou o trabalho da GAMA Engenharia, porém disse que ficou muito complexo, inclusive para a fiscalização da ANA. O Sr. Adson Ribeiro falou que se o $K_{rural} = 1$, o $K_{manejo\ irrig.} = 1$, o $K_{manejo\ solo} = 1,2$ e tivesse um aumento de PPU = 14%, o valor pago pelos irrigantes subiria 821% do que é cobrado atualmente. Assim, o Sr. Adson Ribeiro propôs um $K_{rural} = 0,3$, $K_{manejo\ irrig.} = 1$ (sem manejo de irrigação) e 0,7 (com manejo de irrigação e/ou aferição de equipamentos), mantendo a tabela como está, e $K_{manejo\ solo} = 1$ (sem práticas conservacionistas) e 0,8 (com práticas conservacionistas), com a retirada dos tipos de cultivo de Subsistência e Permanente. Sobre o $K_{sistema}$, o Sr. Adson Ribeiro propôs colocar apenas os valores de 0,15 para os sistemas de gotejamento e aspersões e 0,20 para os de inundação e sulcos. O Sr. Alberto Simon falou da importância de se manter os coeficientes redutores em função das boas práticas dos usuários. Sobre o Coeficiente K_{rural} , resumidamente o Sr. Alberto Simon disse que a proposta do setor de irrigação seria colocar em todas as tabelas de eficiência no manejo, na cultura e na irrigação um fator ainda mais redutor, que seria de 0,3. O Sr. Adson Ribeiro fez uma simulação e informou que, para um usuário que não tem boas práticas, com o K_{rural} de 0,3 e 0,15 do pivô, estaria pagando o dobro do que paga atualmente, já com o PPU de 14%. Em outra simulação, com $K_{manejo\ solo} = 0,8$ (caso mais frequente) e $K_{manejo\ irrig.} = 1$ (caso mais frequente), o pagamento seria realizado com um aumento de 64% do que é pago atualmente, com o grande gargalo da questão estando no K_{rural} . O Sr. José Cisino admite pagar a mais que os outros setores, porém não com o aumento que está proposto atualmente. A Sra. Ana Paula disse que, para promover mudanças no sistema de irrigação, existem vários outros custos embutidos e que isso também impacta o setor e tem que ser considerado. Disse também que a proposta apresentada pelo setor de Irrigação esta dentro da realidade do setor. O Sr. José Cisino afirmou que o aumento excessivo poderá inviabilizar o pagamento, principalmente dos pequenos produtores. O Sr. Adson Ribeiro disse a proposta de aumento do PPU em 14% foi para efetivar a participação de todos os setores e garantir a viabilização do Plano. O Sr. Alberto Simon falou da necessidade de discussão sobre o K_{rural} , já que a proposta do setor de Irrigação é que o mesmo seja igual a 0,3, multiplicando mais um fator de 70% de desconto. O Sr. Douglas Falcão fez um questionamento sobre a elevação da PPU e disse que isso não solucionaria o problema de custeio da Agência. O Sr. Alberto Simon respondeu afirmando que a Agência Peixe Vivo já está buscando outros caminhos para o problema do custeio e não vai ficar aguardando o aumento ou não dos valores da

Câmara Técnica de Outorga e Cobrança – CTOC

Hotel Golden Tulip

Recife/PE, 17 de maio de 2017

cobrança. Após discussões, o Sr. Deivid Oliveira disse que existem duas propostas para o coeficiente K_{rural} , uma que o mesmo seja 0,3 e a outra que seja igual a 1. Disse também que caso não houvesse consenso abriria votação. O Sr. Alberto Simon disse que a tabela do Coeficiente K_{rural} teria os seguintes valores: 0,1 para aquicultura e dessedentação animal, 1 para os demais setores e se incluiria mais uma linha entre os 2 para a Irrigação, com o valor a ser definido. O Sr. Deivid Oliveira tentou chegar a um consenso com relação ao valor do K_{rural} , porém o Sr. José Cisino afirmou que, para o setor de Irrigação, esse valor seria de 0,3, no máximo. A Sra. Ana Paula mais uma vez disse que a proposta do setor de Irrigação foi dentro de uma realidade do que se pode pagar e que o propósito da cobrança não é prejudicar nenhum dos setores. O Sr. Alberto Simon disse que com o valor do K_{rural} em 0,3 o setor de Irrigação pagará significativamente menos. O Sr. Roberto Lôbo disse que a discussão, nesse caso, não está amadurecida e que é necessário um melhor entendimento sobre o impacto desse coeficiente. O Sr. Deivid Oliveira disse que não estava a vontade de votar hoje e propôs que fosse votado na próxima reunião. O Sr. José Cisino não concordou e solicitou que fosse realizada a votação. O Sr. Deivid Oliveira colocou em votação se daria continuidade a reunião para finalizar a discussão do setor de Irrigação ou se prorrogaria a discussão para a próxima reunião, uma vez que outros tópicos ainda precisam ser discutidos (PPU, PCH e Transposição). Por 5 votos a 2, e duas abstenções, foi definido continuar a discussão apenas na próxima reunião. O Sr. Deivid Oliveira disse que a primeira parte da próxima reunião seria sobre as discussões pendentes (Irrigação, PPU, PCH e Transposição) e a segunda parte seria para a consolidação da minuta da nova metodologia da cobrança. O Sr. Deivid Oliveira solicitou que o Sr. Alberto Simon já leve para a próxima reunião um esboço da minuta, uma vez que a discussão do PPU já é quase consenso e PCH e Transposição não terão grandes alterações no que já foi proposto. O Sr. Eduardo Rigotto solicitou abrir nova discussão para o setor de Saneamento sobre a retirada do K_{cpc} e K_{Gs} , o que não foi aprovado, uma vez que já tinha sido discutido, votado e aprovado. Após outras discussões, foi definido que a próxima reunião ocorrerá no dia 06 e 07 de julho em Brasília/DF. O Sr. Roberto Lôbo questionou sobre a possibilidade de haver votos por escrito e o Sr. Deivid Oliveira ficou de verificar no Regimento Interno do CBHSF.

4. Encerramento

Por fim, o Sr. Deivid Oliveira agradeceu a presença e a participação de todos e encerrou a reunião às 18h30.

Deivid Oliveira

Coordenador da CTOC/CBHSF